

## A Igreja, política e questão agrária: a CPT no Araguaia-Tocantins

### Resumo

A igreja Católica no Tocantins, como o próprio Estado, é remanescente do contexto que caracterizava o Norte de Goiás nos anos que antecederam à divisão territorial. Tomando como referência a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, o contexto característico do que veio a ser o Estado do Tocantins era de quase completo abandono político e de violência que, especialmente no campo, estava generalizada. Foi a imersão nessa realidade, entendida como um novo jeito de ser igreja, que qualificou as práticas e os discursos de um setor da Igreja Católica no Norte de Goiás, a igreja dos agentes da Comissão Pastoral da Terra que, na tensão, conviveu com a outra igreja, aquela acomodada à mesa dos ricos e, juntas, constituíram as formas de ser igreja no Estado nascente. É desse arranjo que trata o presente trabalho.

**Palavras-Chave:** Igreja. CPT. Conflitos de terra. Estado Tocantins.

O estudo de Márcio Moreira Alves (1979) é revelador de como no Brasil, e fora do Brasil, a igreja católica distancia-se do princípio de unicidade no que diz respeito aos discursos e às práticas. Não há uma igreja. Existem igrejas. É como resposta à demanda de determinados contextos que as igrejas assumem práticas e discursos que terminam por caracterizá-las distintas de outras igrejas, embora também católicas, descoladas do contexto e das demandas mais urgentes do grupo ao qual se propõem servir. A igreja católica, presente desde os primeiros dias do nascimento do Estado do Tocantins, é espaço privilegiado de expressão dessa diversidade identitária. Houve naquela região, e ainda há, a igreja inserida e comprometida cuja prática pastoral tem sido expressão de um compromisso levado às últimas consequências<sup>1</sup>; como também houve e há ainda a igreja desligada do sentido político da luta social dos pobres que prefere cear à mesa dos ricos. Nesse trabalho procuramos situar a trajetória do catolicismo no Tocantins a partir das práticas da igreja inserida, ou militante.

Entende-se por inserida a igreja que, tributária do Concílio Vaticano II, se compreende povo de Deus situando-se numa linha histórico-salvífica e atua no presente da história humana. No Tocantins o discurso dessa igreja foi sistematizado a partir da Teologia da

---

<sup>1</sup> Como foi o caso do trabalho do Padre Josimo Moraes Tavares, assassinado em função do seu trabalho pastoral em defesa dos camponeses do Bico do Papagaio.

Libertação e a prática, dentre outras tantas, expressa na defesa dos camponeses<sup>2</sup> expropriados de suas terras. Nesse sentido, a opção é demonstrar o percurso institucional a partir de uma pastoral específica da igreja naquela região, a Comissão Pastoral da terra, CPT. E nessa abordagem, por uma questão metodológica, enfatizar o trabalho de um de seus agentes pastorais, o Padre Josimo Moraes Tavares.

O Estado do Tocantins foi criado pelo artigo 13 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição em 05 de outubro de 1988, o que parece objetar a pretensão de situar a igreja católica naquela região a partir de um fato histórico que lhe é anterior, posto que o trabalho do Padre Josimo deu-se entre o final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, tendo ele próprio sido assassinado em 1986. No entanto, é importante considerar que a igreja faz parte daquelas instituições em que as mudanças comportam a longa duração (GRAMSCI, apud PORTELLI, 1984) e que o Estado que foi criado materializou-se dentro de um contexto que lhe era anterior, lhe alcançou e perturba-lhe a existência desde então. Vale à pena enfatizar, aliás, que o Estado do Tocantins nasceu em meio a uma crise que opunha Estado e Igreja e produzia, inclusive na imprensa nacional, uma série de acusações de ambos os lados sendo o assassinato do padre Josimo um dos focos do incêndio já alastrado. Soma-se ao contínuo das mazelas sociais, e das lutas contra essas mazelas, herdadas pelo novo Estado o fato de que as características do trabalho dessa igreja inserida não sofreu alteração com a mudança político-administrativa.

O Estado do Tocantins formou-se a partir do desmembramento da parte Norte do Estado de Goiás. Exatamente nessa região geográfica, marcada pela Guerrilha do Araguaia e suas consequências político-sociais, verificou-se entre as décadas de 1970 a 1990, considerados os dados no conjunto do país, grande incidência de conflitos ligados à disputa pela terra, segundo dados da CPT Nacional. À título de exemplo, somente entre 1988 e 1989, momento de criação do Estado do Tocantins, foram 57 conflitos registrados envolvendo milhares de pessoas (CPT, 1988, 1989). A existência do Regional Araguaia-Tocantins da CPT, desde os

---

<sup>2</sup> A definição de camponês é problemática porque no Brasil não há um campesinato puro. De resto, os conceitos não são estáticos porque “refletem o pensamento sobre o objeto e, justamente por conta disso, são dinâmicos” (ALMEIDA, 2003, p. 34), assim, para efeito da compreensão do que se quer dizer quando se fala em camponês, estamos nos referindo aos posseiros, aos assentados, aos trabalhadores rurais, aos expropriados da terra, enfim, ao conjunto dos homens, mulheres e crianças cuja aproximação identitária é a luta comum pelo direito de uso da terra.

primeiros momentos desse organismo<sup>3</sup>, ainda em 1975, mostra como a região estava no centro do redemoinho. Os cadernos de *conflitos no campo Brasil* disponibilizados pelo escritório nacional da CPT e acessível na página da instituição comprovam como, passados tantos anos a questão agrária ainda é um pomo de discórdia no Tocantins, em especial no Araguaia-Tocantins<sup>4</sup>.

Demonstrada a pertinência dessa escolha metodológica cumpre-nos passar à identificação dos sujeitos desse estudo. Foi dito que a igreja inserida, em oposição a outras igrejas não inseridas, tinha como prática a inserção no meio social e como fundamento a Teologia da Libertação.

Reforça o entendimento do que seja a igreja inserida, no contexto da luta política pela terra no Tocantins, as palavras de Dom Tomás Balduino, um dos fundadores da CPT. Balduino que demonstra, em entrevista a Ivo Poletto, a preocupação com a reação do grupo mais conservador da hierarquia católica brasileira, busca situar a escolha num contexto de crise de representação generalizada na América Latina e, ao mesmo tempo, no conflito gerado pelo protagonismo dos povos marginalizados que, a exemplo dos povos indígenas, se organizavam para lutar as repressões que se abatiam sobre esses povos, organizados ou não. A igreja, nesse contexto, não aparecia, no discurso de seus agentes, como senhora da causa, mas como canal de expressão das lutas que já eram de negros, indígenas e camponeses. Para Balduino:

O nascimento da CPT não é, portanto, um fato isolado, nem provém da intuição de algum bispo ou de um agente mais iluminado. Ela se situa nesse conjunto. O próprio Concílio emerge num mundo em que o Espírito de Deus irrompeu sobre a humanidade toda e não apenas sobre a igreja. Uma verdadeira nova ebulição envolveu a sociedade. Nós da igreja começamos, então, a enxergar valores no chão do povo pobre. Aprendemos a reconhecer a presença das sementes do Verbo nas culturas diferentes e na gestação do novo. (POLETTO e CANUTO, 1999, p. 29).

<sup>3</sup> Alguns estudiosos, dentre eles Martins (1980), Esterci 1989, Pessoa 1999 e Santana 2002 preferem o termo organismo à pastoral pelo caráter ecumênico da CPT, o que também é enfatizado por seus membros de primeira ordem, como é o caso de Polleto (2002) para quem o Encontro Pastoral da Amazônia Legal criou um organismo para “defender as pessoas da crueldade da ditadura” (op cit, p. 14) que, segundo o autor, inviabilizava outras iniciativas institucionais e, em consequência, outras expressões alternativas.

<sup>4</sup> Araguaia-Tocantins refere-se à região sob a influência dos Rios Tocantins e Araguaia. Região que, sobretudo em função da fertilidade do solo, é marcada pela disputa de terras. No Estado do Tocantins o encontro desses rios, pela forma de um bico de papagaio, ficou conhecido como Bico do Papagaio, região onde as disputas pelas terras foram mais acirradas, e lócus de atuação da CPT de Tocantinópolis.

Encarnação teológica inspirada no Concílio Vaticano II é a expressão mais sintetizadora da nova postura adotada por este grupo católico. Isso significava não só uma prática, em algumas igrejas particulares do Tocantins, mas uma postura adotada por um amplo segmento que dava vazão a um sentimento social acossado pela violência do Regime militar e, depois deste, pela desilusão da redemocratização. Figuras como Dom Hélder, no Brasil, e Dom Manuel Larraín, no Chile, passaram a defender uma igreja comprometida com a dignidade humana, sobretudo a dignidade dos pobres marginalizados. A igreja a que se nomeia inserida, é, portanto, uma igreja socialmente engajada.

A CPT foi, de certo modo um elemento de aproximação entre as igrejas do Tocantins e de discórdia, inclusive em cada igreja particular. As notas destinadas ao povo de Deus, como as notas com caráter de denúncia, estas endereçadas às autoridades políticas e à imprensa eram quase sempre assinadas por um coletivo episcopal. Em toda a década de 1980 há registros dessas correspondências. Em 1986, por exemplo, em abril, os bispos escrevem ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça para denunciar a reinvenção mais violenta do latifúndio a partir da UDR, encarada como inimiga do lavrador e da igreja. Assim essa nota os bispos da Diocese de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Oliveira; de Miracema do Norte, Dom Jaime Collins; de Tocantinópolis, Dom Aloísio Hilário de Pinho; de Goiás, Dom Tomás Balduino; de Conceição do Araguaia, Dom Patrick Joseph Hanrahan e o próprio Arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira. Só no mês de abril do referido ano foram três notas com o mesmo teor, denúncia. Num ofício enviado pela CPT, de 07 de abril de 1986, os destinatários são todos os bispos das Dioceses que viriam a fazer parte Estado do Tocantins, a saber, Dom Jaime Schuck, de Cristalândia; Dom Jaime Collins, de Miracema; Dom Celso, de Porto Nacional e Dom Aloísio, de Tocantinópolis.

Esse tipo de correspondência estava sempre impregnado pelo caráter de denúncia. De fato, a igreja assumia que mediar a luta camponesa era uma forma de fazer-se com o povo. O povo, num norte de Goiás abandonado, como o povo de um Estado recém criado, o Tocantins, era um povo sertanejo. No meio desse povo, Segundo Virgílio Uchôa (apud POLETTO e CANUTO, 2002, pp. 75-76) era preciso uma nova pedagogia que “desse voz aos sem voz,

denunciando as causas provocadoras de graves problemas sociais e convocando também para o restabelecimento do Estado de direito”. A igreja, portanto, atuava principalmente em três frentes; numa dimensão formativa, prioritariamente de lideranças para o fortalecimento da luta pela posse da terra; dimensão da denúncia, apresentada pelos agentes pastorais como dimensão profética da prática pastoral e de assessoramento, inclusive jurídico.

Embora não seja interesse de discussão nesse momento, não se pode deixar de dizer que houveram, ao longo do tempo, muitas críticas à postura da igreja, inclusive por quem prestou orientação intelectual às ações dessa igreja<sup>5</sup>. Nesse sentido, vale ressaltar alguns aspectos problemáticos, primeiro o pressuposto para a formação. Nesse caso, fica sempre evidente nos documentos da igreja, inclusive no mais importante deles (CASALDÁLIGA, 1971) uma concepção que subestimava a capacidade desse povo que se pretendia organizar. Simplórios e resignados é uma expressão utilizada por Breton (2000) que reflete muito bem o consenso dos documentos a que teve acesso em sua pesquisa. O segundo problema é o do encaminhamento para a organização sindical, que a história provou infrutífera e, igualmente passível de equívoco, a opção pela luta nos tribunais. Nesse último caso, um caminho para o qual o camponês, sob o risco de perder o roçado e pouco afeito ao contexto dos tribunais, perdia a causa porque perdido estava desde o início do processo quando, conforme denúncias do advogado da CPT Araguaia-Tocantins, sequer era citado para apresentar defesa.

A igreja enquanto sujeito coletivo, era a igreja de um povo romeiro (SILVA, 2011, p. 34) que tinha na profecia do padre Cícero (FIGUEIRA, 1986, p. 28) a esperança de dias melhores. O Estado do Tocantins foi, por excelência, ponto de chegada das imensas romarias de peregrinos vindos do Nordeste, principalmente Maranhão e Ceará, expulsos de suas terras pelo capital e que acreditavam, entre a segunda metade da década de 1960 e a primeira metade

---

<sup>5</sup> José de Souza Martins, que foi assessor dos agentes da Comissão Pastoral da Terra, ministrou uma série de cursos e palestras no período germinal da CPT. No conjunto de suas obras amadureceu os conceitos *terra de trabalho*, em referência à terra em posse do camponês-possuidor para quem o direito sobre a terra é significado pelo uso que se faz dela e *terra de negócio*, onde, como negação da terra de trabalho, a propriedade legal da terra a torna cativa, porque submetida às condições de acumulação pela especulação ou pela exploração daqueles que serão explorados por estarem privados da mesma. Esse mesmo intelectual, que tornou-se uma referência teórica para os próprios pensadores-militantes da igreja, desenvolve a crítica sobre os equívocos da mediação; primeiro em 1980 – aqui a usou-se a 3ª edição, de 1983 –, com a discussão sobre a questão política no campo, momento em que afirma repetidas vezes que há equívoco no trabalho dos mediadores políticos e da própria igreja; depois, quando afirma em 2003 que a dimensão política da luta camponesa está limitada ao discurso dos mediadores, o que para o autor, resulta no maniqueísmo transposto para o horizonte da luta camponesa.

da década 1970, na profecia da terra da bandeira verde (op. cit.). Foi esse povo, migrante, que alcançou, estabelecidos em suas posses, o nascimento do Estado do Tocantins, e consequentemente, de uma igreja católica do Tocantins.

A baixa densidade demográfica é uma evidência da ruralização característica do povo tocantinense. Basta lembrar que em 1989, primeiro ano do Estado, Araguaína, a maior cidade, tinha pouco mais de 50 mil habitantes. Nesse contexto, a igreja voltou-se para o público camponês, mas esse era o público de que ela dispunha naquele momento. No entanto, inserida num meio predominantemente rural, a igreja podia dividir-se porque era possível fazer opções entre camponeses explorados e fazendeiros exploradores. E é a partir dessa lógica que se pode entender a pluralidade de igrejas, a igreja que milita pelo projeto camponês, de luta pela garantia de uso da terra como possibilidade de reprodução da vida e a igreja que acomoda-se às sobras do capital, conformada ao projeto de privatização da terra pelos respingos de benesses que sobejava a alguns padres.

A baixa densidade demográfica que é evidência de ruralização, é também uma chave para o entendimento do processo migratório de que a região foi objeto. Ianni (1978), discutindo as regiões fronteiriças ao Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, demonstra, a partir do estudo sobre Conceição do Araguaia-PA, como à cada ciclo econômico assistia-se um novo refluxo populacional nestas regiões, movimento que somente encontraria termo a partir dos grandes projetos para a Amazônia<sup>6</sup> que tiveram na Belém-Brasília, que corta o Tocantins de ponta à ponta, um marco referencial.

A maior ocupação territorial, portanto, ocorre como resultado de uma política de Estado. De fato, tornou-se bastante conhecida a solução para o Nordeste apresentada por Geisel<sup>7</sup> em que a Amazônia, e por extensão o Norte de Goiás, tinha lugar de destaque. Em meio às

---

<sup>6</sup> Goiás, diferente do Tocantins, não faz parte da Amazônia brasileira. No entanto, o Norte do Estado, que viria formar o Tocantins, tem características naturais, sociais e econômicas próprias da Amazônia, razão porque passou a integrar essa região. Nesse trabalho, como nos interessa de forma mais direta o Norte de Goiás, consideramos, para efeito de análise essa região no contexto da Amazônia, desde o período anterior à criação do Tocantins.

<sup>7</sup> A terra sem homens para homens sem terra (MARTINS 1991; SDH, 2013; RAMPAZZO, 2002) significava, enquanto proposta política, a transferência de camponeses do Nordeste, sem terra, para as terras da Amazônia, sem homens. Muitos criticada, essa proposta partia tinha como pressuposto a negação da existência dos povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e garimpeiros da Amazônia e tinha como motivação o esvaziamento das lutas que ocorriam no Nordeste, região onde se tinha um movimento em torno de uma consciência política que os orientava na luta pelo direito ao uso da terra. Martins (1989) considera que o campo é fértil para as mudanças e que foi especialmente nesses espaços que ocorreram as grandes revoluções que o mundo já conheceu.

grandes obras federais como a construção da Belém-Brasília e da Transamazônica, essa última atravessando a “terra onde jorra leite e mel” (SDH, 2013, p. 19) editou-se um decreto federal, Decreto nº 1.106, de 16 de junho de 1970 (BRASIL, 1970) em que o Estado Civil-Militar procurava disciplinar sua política de Reforma Agrária garantindo, para fins de colonização e reforma agrária, faixa de até dez quilômetros às margens das rodovias federais. O malogro dessa expectativa, frustrada pelo Estado, que imediatamente passou a privilegiar o capital, que também ocorreu para a região, não minou as migrações, que atravessaram a década de 1970. Essa opção do Estado está bem discutida na obra de Dreifuss (1980). Para ele tratou-se de um planejamento tecno-burocrata que, a partir da ação de alguns intelectuais orgânicos do capital, engajados na racionalização das práticas do Estado com vistas ao desenvolvimentismo que integraria o Brasil à órbita do mundo desenvolvido, estabeleceu prioridades e parcerias. E nesse caso, os camponeses não eram prioridade e nem poderiam ser parceiros. Esse quadro, agravado com a ação do Estado, tornou explosiva a disputa entre camponeses e capital. E nessa disputa, seja pela omissão seja pela forma da intervenção, o capital tornou-se o parceiro e a prioridade do Estado que passou a dispor-lhe vultuosas somas em dinheiro através dos chamados incentivos fiscais.

Em Goiás, desde a região que formaria o Tocantins, do sul ao norte, salvo poucas exceções, não estabeleceram-se grandes fazendas. Como os incentivos fiscais eram para a Amazônia e Goiás não integrava a Amazônia, não havia aí, no Norte desse Estado, a presença marcante do latifúndio. A disputa dos camponeses, portanto, não era com o latifúndio propriamente, mas com pequenos fazendeiros. Dito de outro modo, a luta era sobre o sentido da relação com a própria terra, se de uso, ou de propriedade. Foi nesse contexto de luta entre pequenos e médios

Fig. 1: Regional Norte 3.  
Crédito. CNBB, Norte 3

fazendeiros, em sua maioria, que se deu o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, trabalho que temos discutido (SILVA, 2011) a partir da figura do Padre Josimo Moraes Tavares.



Fig. 1: Região eclesiástica do Tocantins. CNBB,

Desde Porto Nacional, a Diocese localizada mais ao Sul, a Tocantinópolis, no extremo Norte, prevaleceu um clima de intensa violência em decorrência destes conflitos de terra. É significativo que tenham sido exatamente estas duas dioceses, Tocantinópolis e Porto Nacional, as mais engajadas no enfrentamento da violência no campo, desde o final da década de 1970. De um modo geral, a história de cada uma destas igrejas particulares manchou-se do sangue que corria no campo. Igualmente, com mais ou com menor intensidade, cada uma destas regiões eclesiásticas se envolveu-se nesse conflito.

Entre as quatro Dioceses e a Arquidiocese de Palmas, que compõem as regiões eclesiásticas católicas do Estado do Tocantins, pelo histórico dos sujeitos engajados ligados a elas e pela própria distribuição geográfica interessa analisar aqui, sobremaneira, os discursos e as práticas da igreja de Porto Nacional, no extremo Sul, e Tocantinópolis, na Região do Bico do Papagaio. No primeiro caso a atenção se volta para o trabalho incansável de Dom Celso, e no segundo, a vida e a morte padre Josimo Moraes Tavares.

As duas Dioceses, embora distantes geograficamente, tiveram ações muito próximas. A Diocese de Porto Nacional, a partir de Dom Celso Pereira de Almeida, assumiu a pastoral da terra como prioridade, tendo sido o próprio bispo, coordenador dessa pastoral. Muitos dos religiosos que engajaram-se nesse trabalho tiveram o primeiro contato a partir da Diocese de Porto Nacional, tendo Gurupi, área da Diocese de Porto, sediado um dos escritórios mais combativos da CPT até a primeira metade da década de 1980. A Diocese de Tocantinópolis, embora não tenha tido uma adesão à pastoral da terra enquanto opção pastoral diocesana, teve agentes pastorais que, mesmo quando isolado pelos colegas do clero local,



fizeram um trabalho de visibilidade significativo. Nessa Diocese as resistências eram muitas. O primeiro bispo, Dom Cornélio Chizzini, estava morrendo no final da década de 1970. Seu sucessor, Dom Aloísio Hilário de Pinho tinha duas dificuldades a enfrentar, sua personalidade fraca e vacilante e a divisão interna do clero, não conseguiu vencer nenhuma. Então, pode-se dizer que a fraqueza de uma Diocese, o problema no topo da hierarquia em Tocantinópolis, foi a força da outra, o protagonismo de Dom Celso.

A Diocese de Porto Nacional foi criada numa das primeiras áreas de ocupação do Norte de Goiás. Com o nome de Porto Real do Pontal, em 1738 iniciava-se as primeiras ocupações que dariam lugar, em 13 de julho de 1861, à Porto Nacional, por muito tempo o principal polo cultural, político, econômico e social do norte goiano. A presença da igreja, a intervalos, nessa fase efervescente da região, tornou-se mais ostensiva a partir da chegada dos dominicanos da *missão dominicana no Brasil*<sup>8</sup>, um grupo que era preparado para vir ao Brasil em Toulouse, na França. Fundada a Diocese em 1915 e tendo o primeiro bispo em 1920, foi com o trabalho de Dom Celso, nomeado para a Diocese em 1972 como auxiliar e tornado titular em 1976, que a Diocese inseriu-se no meio do povo optando por significar-se por uma prática correlata às ideias da Teologia da Libertação, movimento que teve bastante eco entre os frades dominicanos chegados ao Norte do Brasil, quase todos passando por Porto Nacional.

O trabalho de Dom Celso na CPT se caracterizou pela denúncia às autoridades e à imprensa, apoio aos camponeses violentados, expulsos de suas terras ou ameaçados e à formação de lideranças camponesas. O engajamento de um bispo com a pastoral da terra possibilitou, até certo ponto, a mobilização de outros bispos da região que, sendo eles próprios

---

<sup>8</sup> Frei Henri Burin des Rozières é um exemplo da ação dominicana no Brasil. Filho de família aristocrática francesa, cujos membros se distribuem entre diplomatas, engenheiros, militares e economistas, Henri aprendeu com a experiência das guerras que os povos deviam ter direito à autonomia. Mais que os anos que se seguiram à 2ª guerra mundial, na qual sua família havia se empenhado na resistência tendo um tio, Etienne Burin des Rozières sido secretário de Charles de Gaulle, lhe marcou a luta na Argélia, no início da segunda metade do século XX, a qual suscitava intensos debates na Sorbonne, onde licenciou-se em Letras e em Cambridge, onde graduou-se em direito. Um aristocrata de 28 anos, doutorado em direito com a honraria *Levy Ullmann* pela melhor tese escrita no ano de 1959 na faculdade de Paris, no ano do golpe militar no Brasil, 1964, depois de abandonar as perspectivas gloriosas da tradição familiar, ordenava-se pela ordem dominicana. Ligado aos redemoinhos sociais que perpassavam a Universidade de Paris, aonde trabalhou como capelão no Centro Saint Yves e à ebulição no mundo operário, com os quais também se engajou, pediu para trabalhar no Brasil, onde chegou em 1978 e tornou-se, desde então, uma das vozes mais incansáveis na luta em defesa do que chama de “os pobres de Deus” (Entrevista em 10/02/2014).

destinatários<sup>9</sup> de denúncias da CPT, em várias ocasiões, assinaram notas conjuntas<sup>10</sup> com Dom Celso emitidas às autoridades e à imprensa.

Dentro do esforço de visibilidade à luta camponesa os agentes lançavam mão de vários instrumentais. Entre as diversas formas de denúncia e de trabalho formativo, o editorial *Igreja hoje*, da Diocese de Porto, era certamente, uma ferramenta de longo alcance utilizada pelo bispo. A esse respeito é elucidativo observar que o referido jornal completava o seu décimo número em 1982, exatos dez anos da chegada do bispo à diocese. O número em questão faz um balanço dos últimos dez anos de caminhada do pastor, como é identificado dom Celso. O editorial se inicia com uma explicação da preferência pastoral do bispo, segundo o texto “[...] ele, sob a luz do evangelho, ouvindo os apelos da igreja de hoje escolheu, junto com a Diocese, como prediletos, os mais pobres, os perseguidos, os ‘sem nome’, os sem voz, os marginalizados, os últimos no reino deste mundo” (IGREJA HOJE, 1982, n 1). Como consequência desse trabalho, segundo o jornal, de um lado “os ‘grandes’, os que tem poder no reino deste mundo, o perseguem, querem apagar o seu nome” (op. cit.), por outro lado aponta como principal fruto do trabalho “uma conscientização de direitos e deveres, que vai se tornando cada vez mais profunda e segura” (op. cit). Ainda há um balanço analítico dos sujeitos envolvidos na luta pela terra. Nessa análise, enquanto no camponês cresce a esperança, no opressor cresce a violência. Quantos aos agentes da CPT, também sujeitos desse processo, enquanto reafirmam a continuidade do trabalho de mediação, admitem que a luta é dolorosa e incompreendida.

Seguem ao editorial as seções de notícias. Primeiro as ações das paróquias, quase todas com uma programação característica da pastoral progressista da Diocese de Dom Celso. Á título de exemplo, em Natividade os ritos da quaresma ocorreriam a partir de uma reflexão sobre a mensagem bíblica aplicada à vida. Em comemoração ao *dia nacional da saúde*, o periódico crítica o lucro a qualquer custo e o descaso do poder público com a saúde do povo, para concluir que a melhoria da saúde do povo só pode ser resultado da luta do próprio povo. As reflexões incluíram temas como “jesus hoje, sendo morto pela falta de assistência médica” (op. cit.) No encontro das religiosas do CRB, também noticiado no jornal, apresenta-se os resultados do encontro, sobre identidade religiosa, concluindo que a volta ao povo pode ser

<sup>9</sup> Como foi o caso do *ofício aos senhores bispos* remetidos por Osvaldo de Alencar Rocha e Henri Roziers, advogados da CPT.

<sup>10</sup> Exemplos de *Nota à população e nota às autoridades*, que contou com a assinatura dos vários bispos do regional.

oportunizar a conversão dos religiosos e religiosas. A notícia sobre a *feira do divino* situa a celebração como memória da comunidade sobre a tomada de suas terras por uma companhia de grilagem, a AGROPIG. Na metade do boletim, que não tem paginação, há a seção dedicada à Pastoral da Terra. Nessa seção, apresenta-se inicialmente uma atualização da situação dos padres e posseiros presos do Araguaia<sup>11</sup> que, em 01 de junho de 1982, data da referida edição, já estavam a nove meses na cadeia<sup>12</sup>. São apresentados em seguida uma série de casos em que a AGROPIG tem destaque como a grande grileira e disseminadora da violência na região. São apresentados 12 casos de conflito de terra dentro da Diocese de Porto Nacional. Logo em seguida aos conflitos é apresentado o trabalho de assessoria jurídica do advogado da CPT e os resultados do curso sobre sindicalismo ocorrido em no Centro de Treinamento da Diocese de Miracema. Segue-se ao noticiário da CPT uma apresentação dos resultados da *Assembleia em Porto Nacional* na qual, dentre outras coisas, deliberou-se sobre a necessidade de cursos de *fé e política* para líderes e catequistas. É com uma nota de falecimento que o jornal encerra sua edição.

*Igreja hoje* é objeto importante para a nossa análise. O próprio título do periódico aponta para uma compreensão da igreja em consonância com a emergência do tempo, elemento fundamental da teologia da libertação. A encíclica *mater et magistra*, de 1961, foi um documento germinal de uma prática pastoral encarnada na realidade do povo, realidade essa de contradições, desigualdades e conflitos diversos. Pierucci, além do debate em torno de questões controvertidas, como a doutrina social da igreja, ganhou força a reflexão sobre a “função social da propriedade privada, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a socialização dos meios de produção, a reforma agrária, etc. (1995, p. 365). Igreja hoje, era, de certo modo, um deslocamento de um foco fundamentalmente tradicionalista e ritualista, para uma prática viva e revivida pelo tempo presente em sua efervescência.

<sup>11</sup> Caso em que dois padres franceses e 13 camponeses de São Geraldo foram presos por ocasião de uma emboscada que matou um pistoleiro e feriu outras seis pessoas, quatro policiais federais e dois funcionários do GETAT. Os padres eram Aristides Camio e Francisco Gouriou, o primeiro condenado a 15 anos de prisão e o segundo a 10 anos de prisão. Figueira (1986) analisa o episódio como parte de um quadro de distensão nos centros urbanos e enrijecimento no campo. Chinen (1983), que acompanhou o processo como jornalista, descreve a frustração da igreja frente ao Estado que se pretendia brando, mas que endurecia com a questão agrária, frustração camponesa e de seus mediadores.

<sup>12</sup> Presos em 1981, assim ficaram por 11 meses antes de ouvirem a sentença que os condenou por mais de uma década de cadeia. Depois de dois anos detidos, a sentença foi revogada. Em 1991 os padres deixaram o Brasil.

Quanto ao conteúdo discursivo do jornal, não há margem de dúvida quanto à opção política da Diocese de Porto Nacional. Aqui não se tratou de uma genérica *opção preferencial pelos pobres*, mas de uma caracterização objetiva dos sujeitos do discurso. No lugar de um pobre amórfico, a igreja situa nessa categoria os vários grupos marginalizados da Diocese, privilegiando, sobremaneira, os expropriados da terra. Nesse mesmo sentido, a construção discursiva não condena um mal genérico, mas o personifica na figura dos exploradores que, embora muitos, são identificados, principalmente entre os grileiros de terra e os agentes do Estado.

A divindade é absolutamente encarnada tendo na figura do pobre que jaz às portas dos hospitais desassistidos, desfigurados pela violência das grandes empresas de grilagem e sob tantas outras violências, sua referência fundamental. A relação entre o homem e essa divindade não é, portanto, uma relação de pura abstração contemplativa, mas de ações significadas. O povo de Deus é um povo a caminho, mas a promessa é para o presente, daí resultando a necessidade de luta para a edificação, também no presente, de um reino que antes se pensava num outro plano.

O trabalho da Diocese de Porto Nacional, como da CPT em geral, é problematizado em pelo menos dois aspectos que ficam bem evidentes no periódico, o da sindicalização e o da luta jurídica. Nos dois casos os agentes diocesanos levavam a luta camponesa a um processo de burocratização do qual os camponeses não poderiam sair-se bem. No primeiro caso, a sindicalização, a Diocese, num esforço de não protagonizar a luta assumindo o papel do camponês, procurou formar lideranças sindicais e enfatizar a necessidade de sindicalização da parte dos camponeses. No entanto, estudos de Medeiros (1989), Coletti (1998) e Stein (2008) demonstram que a sindicalização alcançou o campo num cenário de extensão do sindicalismo urbano ao meio rural; o que implicava a ascensão, no campo, do jogo político conhecido como trabalhismo que, nas palavras de Gomes (2005) representava a apropriação da palavra operária pelo Estado que reconstruiu o discurso operário e desenvolveu políticas que, ao atender velhas reivindicações dos trabalhadores, impôs-se, cooptado o sindicato, aos operários tornando seus canais de luta, os sindicatos, como lugar de fala e de ação do próprio Estado.

Na outra linha, a luta jurídica, o problema era mais grave. Para Martins (1983) o direito encerra uma compreensão legalista da terra que não correspondia à noção que

referendava a luta camponesa. O próprio advogado da CPT à época, Osvaldo de Alencar Rocha (CPT, Caso Araguaia-Tocantins, 1981) reclama das dificuldades que os camponeses enfrentavam em duas frentes, primeiro das ações em que sequer eram citados, depois em deixarem os seus roçados para deslocarem-se às cidades e frustrarem-se com as remarcações de audiências. Kotscho transcreve as palavras do camponês Saturnino que reclamava “*ficam intimidando pai de família três vezes por semana, não resolvem nada, e o mato comendo os legumes*” (KOTSCHO, 1981, p. 74). Breton (2000) também chama atenção para o fato de os camponeses não terem condições de demandarem numa justiça absolutamente comprometida com os fazendeiros. Nos arquivos da CPT consultados para o estudo sobre a questão agrária no Araguaia-Tocantins (SILVA, op. cit.) constam várias notas de Dom Celso condenando a postura do juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto, ele próprio, acusado de grilar terras pelo bispo de Porto Nacional.

Essas são algumas das dificuldades enfrentadas pela igreja em Porto Nacional. A exposição da característica da ação pastoral daquela igreja, no extremo sul do Tocantins, naquele momento ainda Goiás, contribuem para, à luz da realidade da Diocese de Tocantinópolis, perceber o quanto a violência no campo era disseminada e o quanto a igreja, mesmo dividida, não estava alheia à realidade.

A Prelazia de Tocantinópolis nasceu pela bula *céu pastor* do Papa Pio XII no final de 1954, tendo sido desmembrada da Diocese de Porto Nacional. A Prelazia foi administrada pelos padres italianos da Pequena Obra da Divina Providência, conhecidos como orionitas, na condição de Prelazia, até 1981, ano da morte de Dom Cornélio Chizzini, bispo prelado. Dom Aloísio Hilário de Pinho, negro, primeiro bispo diocesano e também orionita, administrou a Diocese de Tocantinópolis nos seus anos mais turbulentos, a década de 1980. Esse pequeno histórico tem importância capital para o entendimento das dificuldades que os agentes da Comissão Pastoral da Terra terão para desenvolver seu trabalho. Em Tocantinópolis, diferente de Porto Nacional, a CPT não constituía uma linha pastoral da Diocese. Inicialmente era assumida pelo padre Atílio Berta, auxiliado por Nicola Arpone, leigo italiano e, depois da saída destes, pelo Padre Josimo Moraes Tavares, com relativo apoio do bispo, Dom Aloísio e dos padres Carmelo Scampa, Mariano Souza Sobrinho e Miguel e um grupo de leigos e leigas que envolveram-se, sem as reservas clericais, com o seu trabalho.

O clero da Diocese de Tocantinópolis, em sua maioria orionita italiano, era um clero conservador. Esses padres, entre o final da década de 1970 e 1980 já avançados em idade, tendiam a identificar a tendência libertadora da nova teologia, da qual Josimo era adepto, com o comunismo. Deelen chama de papista a igreja representada pelas práticas filantrópicas dos orionitas acompanhadas de um discurso alinhado às orientações vaticanistas. Assim, o padre dessa igreja “é um moderado que se deixa impressionar terrivelmente pelo perigo comunista, o que lhe provoca o medo ao comprometimento social, tal como o medo a palavras como *revolução e reformas*”. (apud ALVES, 1979, pp. 85-86). Em Tocantinópolis isso ficou muito claro com as críticas que Josimo sofria do clero conservador, formado sobretudo pelos orionitas.

Aldighieri (1993) considera que a postura dos padres orionitas resultava de duas experiências, primeiro a que deu origem à própria congregação, a saber, as disputas pelos domínios papais na Itália e, segundo, a própria experiência opressiva e restritiva da liberdade católica imposto pelo comunismo em alguns países europeus, como na Polônia, onde vieram alguns dos padres que trabalhavam na Diocese de Tocantinópolis. O próprio padre Stanislaw, que foi um dos tutores de Josimo, era havido sido preso dos campos de trabalhos forçados soviéticos na Polônia.

Agrava esse quadro as críticas internas que a Teologia da Libertação sofria, com repressão a alguns de seus membros mais proeminentes. Primeiro considerou-se que os teólogos estavam utilizando o marxismo como chave de leitura da realidade, depois procedeu-se à negação dessa tendência a partir da condenação do próprio marxismo. A congregação da defesa da fé publicou dois documentos bastante críticos às práticas e discursos desses teólogos, com atuação mais contundente na América Latina. No conjunto o que se condenava era a redução da teologia à política e, em consequência, esvaziavam a transcendência priorizando a imanência. O cardeal Joseph Ratzinger, o mais duro dos críticos, considerava que o marxismo era “uma tentação mais profunda do que certo ateísmo prático” (ALDIGHIERI, 1993, p. 75).

Ordenado padre em janeiro de 1979 em Xambioá, cidade que poucos anos antes havia sido usada como base pelo exército para torturas e extermínios de camponeses e guerrilheiros da Guerrilha do Araguaia, Josimo assume, poucos tempo depois, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Wanderlândia, de onde haviam saído, sob a violência dos militares, o padre Afílio Berta e Nicola Arpone. Os antecessores de Josimo estavam engajados no trabalho

pastoral com os camponeses e, segundo nota da CPT, datada de julho de 1979, sofriam perseguição em função desse trabalho. O exército chegou a sequestrar Nicola Arpone, acusado de tentar ressuscitar a Guerrilha do Araguaia, tortura-lo e interroga-lo sobre suposto envolvimento com as *brigadas vermelhas*<sup>13</sup>, que, incluiria como envolvido, também Dom Pedro Casaldáliga.

É nesse ambiente efervescente que se situa o trabalho pastoral do Padre Josimo. Mas não foi, no entanto, somente o ambiente que o implicou nesse trabalho. O próprio Josimo, filho da miséria que circunstanciava a existência camponesa na região, era órfão de pai vivo, criado por uma mãe errante em áreas ribeirinhas à procura da melhor maneira de alimentar o filho, único sobrevivente dos distúrbios que dizimavam, e ainda dizimam, milhares de crianças desnutridas, presas fáceis de qualquer moléstia.

Aluno de Leonardo Boff durante a formação seminarística, os livros, se considerarmos os fundamentos da Teologia da Libertação, longe de distanciá-lo da realidade de onde saía, podem ter lançado luz sobre essa realidade. Nas muitas poesias de Josimo escritas nesse período, o mundo das letras dizia muito sobre a mundanidade da vida. E a bibliografia do jovem Josimo revela uma mente inquieta com os problemas sociais que o futuro padre enfrentaria em sua pastoral.

Padre num mundo de conflito, Josimo escolheu um lado. Para ele haviam os grileiros, ricos e poderosos que exploravam o pobre, espoliado e expropriado. Onde essa luta estava declarada, como no Bico do Papagaio, a opção precisava ser feita. Em Josimo a identificação de explorado e explorador era ainda muito mais clara. Didático, leitor e simpatizante da pedagogia de Paulo Freire, usava o teatro como instrumento de denúncia e de formação. Escrita e dirigida por Josimo em 1983, a peça teatral *Natal: a solidariedade dos pobres na luta por mais liberdade e justiça* (TAVARES, 1999) é um dos documentos mais eloquentes acerca da visão de mundo e das estratégias de luta eleitas por Josimo como mais adequadas aos camponeses. Nesse texto, Josimo se mostra consciente do ser padre numa região de fronteira humana, aonde, muito frequentemente, o homem perde-se em transmutações mercadológicas sucumbindo a um valor de nada quando destituído de tudo, que quase sempre

---

<sup>13</sup> Não há, na documentação, nenhuma outra referência às *brigadas vermelhas* de que Arpone foi acusado de integrar.

é apenas a terra, roubam-lhe o que ainda lhe resta, a liberdade. A escrita era, na vida desse intelectual padre, a exteriorização estética dos conflitos de terra no extremo norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins. Em *Natal: a solidariedade dos pobres na luta por mais liberdade e justiça* Josimo põe todos os sujeitos em cena. Há o abandono a que homens e mulheres pobres estavam condenados, representado pelas lamentações de Joana; há o camponês, injustiçado, enxotado e faminto; há a pequena burguesia local, dividida entre a indiferença e a esmola; há o fazendeiro, incorporando a produção do mal sobre todos e há o mensageiro, aquele que faz o trabalho profético<sup>14</sup> da denúncia.

Josimo era o homem da teoria e era o homem da ação. Acreditava, como os outros agentes da CPT, a exemplo do grupo de Porto Nacional, na sindicalização e na luta nos tribunais. No entanto, ia além, posto que defendia a tomada de poder também a partir dos partidos políticos. Em linguagem bastante simples, no estilo cordel, escreve:

Veja bem o sindicato  
do povo trabalhador:  
é uma força na luta,  
contra o sistema opressor.  
Também ensina a pensar  
de modo libertador. (...)

Assim bem conscientes,  
cresceremos na união.  
Lutando em comunidade,  
viveremos como irmãos,  
pra que nenhuma esperança  
seja em nós uma ilusão. (...).

Em partidos políticos,  
vamos também lutar,  
para exercício fecundo,  
na arte de governar,  
utilizando o poder,  
para a vida melhorar. (CPT, 1986, pp. 32-33)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Profecia, no horizonte da Teologia da Libertação, descolada da ideia de antecipação no tempo. Aqui o profeta é aquele que tem coragem de denunciar o presente em tudo aquilo que ele precisa ser denunciado.

<sup>15</sup> Celebração do natal de 1983 na Paróquia São Sebastião do Tocantins onde Josimo era pároco. Note-se que Josimo pensava a conquista do poder político pelos camponeses ainda dentro do processo de abertura.



Sua prática, ia além do denunciamento. A estratégia de Josimo se dava no sentido de politizar o grupo para a luta de classe, mas também de politizar a classe para disputa partidária. Num clima de abertura política, Josimo parecia acreditar na possibilidade de Reforma Agrária por via legal, embora precedida de luta. Parecia acreditar na possibilidade de Reforma Agrária por via legal, porque acreditava também que era possível ao camponês ascender ao poder, inclusive ao poder político. Na prática, alguns dos agentes que estiveram mais próximos de Josimo à época, foram também fundadores do Partido dos Trabalhadores em seus respectivos municípios. Confirmam essa tendência Maria Helena Rodrigues Lopes, a Helena do PT, João Divino Barreira, ex-paroquianos de Josimo quando este esteve em Wanderlândia. Segundo Maria Helena, Josimo foi o fundador do PT no norte de Goiás, assim, “quando criou lá em São Paulo, em 1981, nós criamos em Wanderlândia também. Em 1982 eu fui candidata a prefeita pelo PT aqui em Wanderlândia. E de lá pra cá, 10 anos depois, foi que o PT ganhou pela primeira vez aqui pra vereadora, fui vereadora pelo PT por dois mandatos aqui. (entrevista em 26/01/2010). Para João Divino (entrevista em 23 janeiro de 2010) Josimo formou diversas lideranças que, depois de desligadas da CPT e dos sindicatos rurais, despontaram no cenário político regional. Segundo o Frei Henri (entrevista 13/02/2010), “na época o PT parecia ser o melhor para todos. Para nós naquele momento o PT era o único partido que podia ser diferente, e era”. Em função disso, Dom Pedro Casaldáliga (entrevista 03/02/2010) declarou que o PT foi uma decepção considerando a expectativa que nutria nos grupos comprometidos com a mudança no país.

Josimo visitava as regiões em conflito, celebrava e permanecia por dias com os posseiros. Se fazia presença solidária depois de muitas operações em que havia queimada de casas e expulsão dos camponeses. O seu esforço era sempre no sentido de não permitir o desânimo na luta pela permanência na terra. Depois de cada violência recorria à igreja, às autoridades, aos meios de comunicação e violência insistia em impor-se.

Na memória que a igreja tem construído sobre Josimo tem destaque a figura do mártir. A imagem de um homem decidido, imagem essa iluminada por sua declaração na assembleia diocesana em 27 de abril de 1986, quando em face do primeiro atentado contra a sua vida declarou, “nem o medo me detém, é hora de assumir. Morro por uma causa justa”. (CPT, 1986, p. 18). Essa, a metamorfose do homem em mártir, é o resultado da morte de Josimo

capitalizado em favor de uma igreja que tolerava seu trabalho mas não o apoiava enquanto igreja. A Diocese de Tocantinópolis estava dividida e sobrava crítica, entre o próprio clero, ao trabalho da CPT. Com a morte de Josimo, os silêncios viraram apoios brandidos ao ar e unificou-se a igreja pela marginalização, em pouco tempo, dos poucos agentes, a exemplo do Frei Xavier Plassat, que, a muito custo, tentam dar seguimento ao trabalho em defesa de camponeses e outros trabalhadores explorados no campo.

Hoje se pode dizer que a igreja do Tocantins é, predominante, outra. A CPT ainda existe e os problemas sociais no campo também ainda existem. A luta pela terra ainda é uma constante na região, além disso, centenas de denúncias se repetem ano a ano dando conta da incidência de trabalho escravo no Estado do Tocantins. E os agentes pastorais têm tentado acompanhar essas ocorrências dando um mínimo de assessoria aos trabalhadores. Mas a igreja do Tocantins hoje, é sobretudo a igreja da Renovação Carismática Católica. A igreja da transcendência. Pessoa (apud SILVA, 2001), comentando as transformações pelas quais passou a igreja entre as décadas de 1970 e 1980, declara que a pretensão das CEBs “o novo modo de ser igreja ou o novo modo de toda a igreja ser chega ao novo milênio altivamente conduzido pelos carismáticos”. Portanto, mudou a igreja do Tocantins, porque mudou também a igreja católica no Brasil.

### Referências Bibliográficas

- ALDIGHERI, Mário. **Josimo: a terra, a vida**. São Paulo: Loyola, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. Tese de Doutorado.
- ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRASIL. Decreto Lei 1.106, 1970. In: [www.jusbrasil.com.br/legislacao/125994/decreto-lei-1106-70](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/125994/decreto-lei-1106-70).
- BRETON, Binka Le. **Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

- CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **1971 - Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social**. São Feliz do Araguaia: Prelazia de São Felix, 1971.
- CHINEM, Rivaldo. **Sentença: padres e posseiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1983.
- CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Mapa das circunscrições eclesiais do Tocantins**. Regional Norte 3. In: <http://blog.sgcp.com.br/wp-content/uploads/2013/04/RegionalNorte31.jpg>.
- COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Pe. Josimo: a velha violência da nova República**. Goiânia: Icone Editora, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos de Conflitos**. Goiânia: CPT, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos de Conflitos**. Goiânia: CPT, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª. ed., Petrópolis: 1983.
- \_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O sujeito oculto – ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira; HOLANDA, Sergio Buarque de; SOUZA, Beatriz Muniz de. **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

POLETTI, Ivo e CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. Tradução de Luiz João Galo. São Paulo: Paulinas, 1984.

SDH, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **10 anos de CONATRAE**. Brasília: SDH, 2013.

SILVA, Maria da Conceição. **Política e hegemonia na igreja católica: um estudo sobre a Renovação Carismática**. Goiânia: Kelps, 2001.

SILVA, Moisés Pereira da. **O Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)**. Goiânia: UFG, 2011. Dissertação de mestrado.

STEIN, Leila de Menezes. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

TAVARES, Josimo Moraes. **Servo solidário do direito e da justiça**. Goiânia: CNBB, 1999<sup>16</sup>.

### **Documentos**

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Denúncia: caso Araguaia-Tocantins**. Goiânia: CPT, 1981.  
NOTA À POPULAÇÃO. **Nota de esclarecimento ao povo**. Bispos Frei Jaime Schuck, de Cristalândia-TO, Jaime Collins, de Miracema-TO, Pedro Casadáliga, de São Felix do Araguaia-MT, Celso Almeida, de Porto Nacional-TO e José Patrick Hanrahan, de Conceição do Araguaia-PA, 18 de setembro de 1987.

NOTA ÀS AUTORIDADES. **Nota conjunta de bispos do Estado de Goiás e Sul do Pará**. Bispos Jaime Collins, de Miracema-TO; Celso Almeida, de Porto Nacional-TO; Aloísio Hilário de Pinho, Conceição do Araguaia; Antônio Ribeiro de Oliveira, arcebispo de Goiânia e José Patrick Hanrahan, de Conceição do Araguaia-PA, 29 de abril de 1986.

---

<sup>16</sup> Publicação póstuma.

ROZIERES, Henrique des e ROCHA, Osvaldo de Alencar. **Ofício aos senhores Bispos Jaime Schuck, Jaime Collins, Celso Pereira de Almeida e Aloísio Hilário de Pinho.** Brasília: CPT, 1986.

### **Periódico**

IGREJA HOJE. **Boletim da Diocese de Porto Nacional.** Ano X, nº 01, junho de 1982.

### **08.1. – Documentário.**

RAMPAZZO, Alexandre. **Nas terras do Bem Virá.** Documentário. Brasil: Eclipse Produções, 2007.

### **Entrevistas**

Dom Pedro Casaldáliga, Prelazia de São Felix, São Felix do Araguaia, 3 de fevereiro de 2010.

Frei Xavier Blassat, CPT Araguaia-Tocantins, Araguaína-TO, 25 de janeiro de 2010.

Frei Henri Des Roziers, CPT Conceição do Araguaia, Xinguara, 13 de fevereiro de 2010.

Maria Helena Rodrigues Lopes, a Helena do PT, agente de pastoral companheira de Josimo, Wanderlândia-TO, 26 de janeiro de 2010.

João Divino Parreira, ex-aluno de Josimo, Wanderlândia-TO, 23 de janeiro de 2010.